



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

Sem Território e Sem Água: um olhar da Transposição do Rio São Francisco

Paulo Romário de Lima¹
Ramonildes Alves Gomes²;
Larissa Padilha de Brito²

GT 05: Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um esforço de problematizar um caso exemplar de desterritorialização sofrido pelas famílias agricultoras residentes na Vila Lafayette, deslocadas compulsoriamente por causa da construção do Eixo Leste da Transposição do rio São Francisco na cidade de Monteiro-PB. O percurso metodológico que adotamos para desenvolver o artigo se apoiou na pesquisa qualitativa, privilegiando técnicas como a pesquisa documental, bibliográfica e o trabalho de campo, para realização de entrevistas semiestruturadas. Por meio da produção de evidências apresentaremos o processo de desterritorialização das famílias reassentadas da Vila Lafayette, e o percurso com vistas à reterritorialização. As evidências empíricas revelaram a experiência de viver em insegurança hídrica, as tentativas de transformar os lotes em espaços produtivos e, até mesmo os conflitos entre moradores de origens diferentes, considerando, centralmente, as questões relacionadas à socialização, ao acesso à água, às estratégias de trabalho e geração de renda.

Palavras-chave: Transposição do rio São Francisco, Desterritorialização, Reterritorialização.

INTRODUÇÃO

Esse artigo resulta da sistematização de um dos capítulos da nossa dissertação de mestrado, defendida no ano de 2022, no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFCG. O objetivo pretendido é

¹ Universidade Federal de Campina Grande, pragroecologo@gmail.com.

² Universidade Federal de Campina Grande, rnildes@hotmail.com.

² Universidade Católica de Pelotas, larissa.brito157@gmail.com

problematizar o processo de desterritorialização sofrido pelas famílias agricultoras deslocadas compulsoriamente por causa da construção do Eixo Leste da Transposição do rio São Francisco na cidade de Monteiro-PB.

A pesquisa teve como lócus a Vila Lafayette, localizada no município de Monteiro, no estado da Paraíba. Para contextualizar nosso local de pesquisa, se faz necessário compreender alguns elementos: de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2016, a população de Monteiro era estimada em 33.433 habitantes³. O município, que fica a 319 quilômetros de João Pessoa, está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano.

Uma questão central para nós é problematizar a falta de compromisso do Projeto de Integração do Rio São Francisco-PISF com a vida das populações deslocadas e reassentadas, ou seja, dos que foram diretamente atingidos pela Transposição, a exemplo das comunidades das Vilas Produtivas Rurais (VPRs), especificamente a Vila Produtiva Rural Lafayette no Município de Monteiro-PB.

Usaremos a categoria deslocamento compulsório para tratar das famílias que foram deslocadas de suas antigas comunidades e residências e posteriormente reassentadas nas chamadas Vilas Produtivas Rurais VPRs. Essas categorias foram as mesmas usadas pelo governo federal na época e estão em consonância com os termos usados pelos atingidos por grandes obras como, por exemplo, por barragens. Salientamos que são categorias de uso político (MAGALHÃES, 2007).

Considerando que a construção da obra envolveu um processo de deslocamento e, paralelamente, de reassentamento desta população em uma área construída, podemos indicar um processo de desterritorialização. Para Oliveira (2011, p. 19), "os projetos de desenvolvimento, produzem processos de desterritorialização".

Adotamos como percurso metodológico para desenvolver o trabalho a pesquisa qualitativa. Com isso, privilegiamos técnicas como a pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Considerando como período integral da pesquisa de campo o ano de 2017, quando fui pela primeira vez, e novembro de 2021, quando fui pela última vez. Nesse intervalo de tempo visitei mais de cinco vezes a Vila

³ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/panorama>> . Acesso em: 14 de julho de 2021.

Lafayette, em todas as visitas sempre estabeleci contato com dois membros da diretoria da Associação (os nomes usados durante esse artigo são nomes fictícios), Severino e João. Na minha última visita em novembro de 2021, além das costumeiras observações de campo, também pude estender as entrevistas a outras três pessoas entrevistadas: dona Francisca, Joana e Bruno.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com os dados do Plano Básico Ambiental (PBA-08), no início eram 16 famílias vindas de localidades distintas dos municípios de Monteiro - PB e de Sertânia - PE. Porém, foram 61 famílias reassentadas, sendo um total de 26 dos ribeirinhos nas proximidades ao sítio Pau D'arco; outras 18 vieram de dois bairros da cidade de Monteiro (Abatedouro e Várzea), onde moravam em áreas localizadas às margens do Rio Paraíba; por fim, 17 famílias vieram de Pernambuco, da comunidade Cipó, do Município de Sertânia (DINIZ, MALUF, 2020).

Entendemos que as famílias da Vila Lafayette, ao serem deslocadas compulsoriamente das suas antigas moradas passaram por um processo de desterritorialização. Processo este que se expressa na perda da ligação com o território e do exercício de luta pela manutenção de uma identidade. No entanto, apontamos que paralelamente a uma dinâmica de desterritorialização acontece também formas de reterritorialização das famílias, superando as adversidades impostas com estratégias coletivas de sobrevivência.

As famílias buscam re-territorializar as VPRs, colocando em prática estratégias coletivas e colaborativas. Buscam estabelecer novas relações sociais, tendo em vista maior proximidade das pessoas (os vizinhos) ou pelo fato de que agora são pessoas aproximadas pela transposição (que até então não tinham quase nenhum contato) (DINIZ, et al; 2020, p. 16).

Levando em consideração as nossas visitas à Vila em dias e horários diferentes e, a partir disso, observando as movimentações no seu interior e o depoimento de informantes, percebemos a dificuldade dos moradores em se adaptarem ao seu novo espaço. Assim citamos Haesbaert (2003), para fazer referência ao processo vivenciado pelos moradores que entendemos como desterritorialização.

[...] como perda do acesso à terra - terra vista não só no seu papel de reprodução num sentido físico, mas também como lócus de apropriação simbólica. Pode-se relacionar a essa noção de desterritorialização a concepção mais integradora de território, ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica (HAESBAERT, 2003, p.18).

Não estamos falando simplesmente de um processo desterritorializador no passado, mas de um projeto que resultou na desterritorialização das famílias que moram na Vila Lafayette, quer dizer, um processo que está em curso desde quando as famílias precisaram ser deslocadas para a construção do canal persistindo por cerca de 08 anos, que foi o momento de conclusão da pesquisa, tal processo não envolve apenas as questões econômicas, embora elas sejam importantes, trata-se de um processo que envolve questões simbólicas e culturais relacionadas ao antigo território, "a desterritorialização vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais" (HAESBAERT, 2003, p.17).

Esse episódio justifica-se pela forma como as famílias ainda se relacionam e mantêm vínculos com os seus antigos territórios. Assim, em concordância com Nogueira (2019, p. 118), entendemos que o PISF "forçou a saída das famílias de seus territórios tradicionais, os Sítios, submetendo-as a viver em um novo lugar, as vilas produtivas rurais, configurado sob novas paisagens e novas regras de organização socioterritorial". Portanto, o processo de identificação do território através de marcadores sociais, culturais, políticos e econômicos se encontra em curso por parte dos moradores, que buscam nas estratégias coletivas de mobilização pelo direito à água meios de se reterritorializar. Para Haesbaert (2007) a desterritorialização ocorre de forma concomitante com a reterritorialização, no entanto, compreendemos que não se trata de algo automático e sim de um processo complexo, conforme apontam os elementos acima descritos. Dito isso, na Vila Lafayette visualizamos a manifestação desses dois fenômenos em diferentes escalas.

Para uma melhor compreensão do processo de desterritorialização e reterritorialização dos moradores da Vila Lafayette, é fundamental adentrarmos mais na relação desses sujeitos deslocados com os seus antigos territórios e foi com essa intenção que os indagamos sobre a vivência nas áreas onde residiam anteriormente.

João, quando instado assinala que, "gostava sim. Era acostumado, né. A gente morava mesmo". Mas a resposta que mais nos marcou foi a de Francisca, que respondeu com muita convicção "a gente gostava, porque é o tipo de coisa onde a gente nasceu e se criou e tava vivendo, até cinco anos atrás com tranquilidade". A

partir desse diálogo, percebemos o enraizamento dos sujeitos em seus territórios de origem, que carregam trajetórias, histórias, sonhos e significados com os seus antigos territórios. Elas guardam com carinho as recordações de antes do deslocamento e isso tem consequências no processo de adaptação e reterritorialização na Vila.

Outra questão importante sobre a trajetória dos moradores está relacionada à transição para morar na Vila. E nesse ponto fica evidente que isso ocorreu a partir da relação dos moradores diretamente com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, e esta foi permeada de promessas, implicando em uma mudança radical na vida dessas famílias agricultoras, conforme poderemos ver na entrevista abaixo:

Passava aquele pessoal dizendo que ia sair a transposição e demorava tempo. Anos e anos e depois até que chegou um pessoal para fazer um cadastro, inclusive deram 15 dias para a gente se retirar das terras. Pagaram um aluguel pra gente ir morar na rua e a gente foi assim um impacto muito grande. Imagina dar 15 dias para você vender bicho e eu mesmo num vendi meus bichos não. Deixei num pedaço de terra lá. Mas muita gente vendeu tudo, foi simhora pra rua, né. Ficou uma situação muito difícil. Difícil mesmo. Os bichos ficou no sítio e eu na rua na casa da minha mãe. Mas eles pagaram esse aluguel pra gente 1500 reais o problema é os animais da gente. Como eu ainda fiquei com uma parte de terra eu continuei com meus bichos (Entrevistado João, grifos do autor).

No trabalho de Santos (2020), a pesquisadora também percebeu a pressa em realizar o deslocamento das famílias e como este significou uma ruptura com o antigo regime de vida, além disso, também fica evidente na interpretação da autora como esse processo foi construído sem levar em consideração por exemplo, os animais, portanto corroborando com o depoimento dado por João.

[...] muitas famílias não conseguiram comercializar os animais que criavam em tempo hábil e não tinham espaço na nova residência para levá-los, o que os obrigou, ou a vender a um preço bem abaixo do valor de mercado, ou mesmo deixar na parte que sobrou do território (SANTOS, 2020, p. 202).

Um outro relato que também nos chamou bastante atenção foi o de Dona Francisca “o Ministério da Integração conversou. Mas não tinha outra opção, só tinha essa mesmo. Eles não dão mais opção a não ser tirar a pessoa do lugar e jogar para outro”. Essa falta de opção aliada a total falta de compromisso com a população deslocada, descrita no trecho da entrevista de Francisca, revela como esses grandes empreendimentos nunca tiveram os grupos atingidos como prioridade.

Após serem deslocadas as famílias ficaram morando em casas de parentes, ou pagando aluguel, recebendo a Verba de Transferência Temporária, a VTT no valor de 1 salário mínimo e meio. Alguns aproveitaram esse recurso para construir moradias nos terrenos das famílias, como foi o caso de Francisca, “o dinheiro do primeiro aluguel que eu recebi da transposição eu construí uma casinha pra mim juntar as minhas coisas, pra mim não ficar na casa de ninguém”.

O processo da mudança para a vila ocorreu de maneira atribulada, provocando rupturas com o modo de vida experimentado em seus antigos territórios, com a ida para a casa de parentes, alguns buscaram aluguéis e todos com a falta de garantias mínimas com relação ao abastecimento hídrico. A vila foi inaugurada em dezembro de 2015 após pressão dos moradores (e eles fizeram a mudança em março de 2016). Porém, nos chamou atenção a falta de memória dos entrevistados com relação a data em que se mudaram para a vila. Ao que nos parece, por mais significativo e importante que seja essa mudança, ela não foi o suficiente para memorizar. “Não lembro direito”, diz o nosso entrevistado João. Já o Bruno, também não conseguiu responder com exatidão sobre quando a Vila foi inaugurada, nem sobre o tempo que já está residindo nela, “lembro não tá com uns 6 anos, né. Ou fez seis anos ou vai completar seis anos”.

O que também nos deixou muito curiosos na conversa com os entrevistados foi saber o que foi falado pelo Ministério para as famílias acerca do deslocamento. Nosso intuito foi de irmos montando esse quebra cabeça, como ocorrem os processos de deslocamentos compulsórios para a realização das grandes obras. Nessa questão, o João no seu depoimento falou sobre as promessas, especialmente no que se refere às questões estruturais da Vila e como elas têm funcionado ultimamente.

Eles falavam que ia ser bom que ia ter posto de saúde e praça e realmente fizeram a praça e fizeram posto de saúde. O posto mal funciona e a praça tá aí como você ver no mato, que a gente já procurou várias vezes a prefeitura e não ajuda já que é responsabilidade da prefeitura e a iluminação na praça não tem também é a maior escuridão. A gente da associação vai direto no pessoal da prefeitura e secretário e até agora nada e uma situação meia difícil e a situação na zona rural tá cada dia mais difícil (Entrevistado João).

O relato acima, além de trazer mais elementos sobre o jogo de promessas entre o Ministério e as famílias moradoras da Vila Lafayette, também nos faz refletir sobre essa divisão de deveres dos poderes executivos federal, estadual e municipal.

O posto de saúde da Vila, segundo as famílias, têm médico e dentista uma vez no mês. Fomos até a prefeitura de Monteiro perguntar sobre como isso acontece e a resposta de uma secretária que pediu para não ser identificada, foi de que “a Vila não é responsabilidade do município, contudo, eles estão dentro do município e tem a pressão política de vereadores e a questão eleitoral”.

Tínhamos o interesse de saber sobre a estrutura da vila e a sua funcionalidade, nesse quesito duas respostas chamaram a atenção, do Bruno, em que ressalta a quadra de esportes existentes na Vila como o espaço que ele mais gosta apesar de destacar as limitações deste espaço e o João, na sua busca incansável para melhorar esses ambientes. Na sua fala, Bruno deixa claro que é lá onde ele busca socializar com os outros moradores, estreitando laços de convivência, o que na nossa leitura também é uma estratégia de reterritorializar-se na Vila.

Aquela quadrinha ali é boa aquela quadrinha, mais era pra eles ter feito o que botado umas telas ali ao redor da quadrinha. Organizar mais ali, né. O piso lá é cascudo e ninguém aguenta jogar. Porque eu gosto de ir brincar mais os meninos de noite nós vamos lá brincar de bola mais num tem uma tela num tem nada a pessoa chuta uma bola e ela vai parar lá nos cafundó do judas pra ir buscar ainda de noite e a quadra também é muito dura (Entrevistado Bruno).

O João, que é da diretoria da Associação, nos alertou que já procurou a prefeitura para fazer os reparos necessários que, como abordamos anteriormente, cumprem o papel de contribuir para a socialização e por consequência, para a reterritorialização das famílias dentro da Vila: “uma situação difícil que a gente já fez ofício várias vezes. Mandemos para a prefeitura entendeu. O secretário sabe. A gente já foi na prefeitura conversar com ele e tudo e fica só nas promessas. Para vir com o maquinário e ajeitar” (Entrevistado João). Reforçamos as discussões já feitas neste texto que de acordo com o PBA (08), a obrigatoriedade dos governos municipais com as VPRs é com relação à educação e à saúde.

No PBA 08 é apontada a necessidade de fazer parcerias com governos municipais, estaduais e com os órgãos federais. Com relação às parcerias com as prefeituras isso irá acontecer “para o planejamento e implantação da infraestrutura dos serviços sociais básicos nos locais de reassentamento, a oferta desses serviços e para o desenvolvimento de ações integradas em saúde e educação” (PBA08, 2005, p.37). Como sabemos, a escola do município está fechada pela justificativa de não

ter alunos o suficiente na Vila para funcionar e que foi cedida em 2021 para ser um tanque de beneficiamento de leite caprino que, em breve, também funcionará lá uma sala de beneficiamento de gergelim e girassol, produzidos nos quintais de alguns moradores da vila.

No que concerne à praça existente na vila, e o seu processo de “abandono” referido pelo João, que apesar de contar com uma estrutura para exercícios físicos e espaço de lazer coletivo ela não tem cumprido com o seu dever social (parte dos moradores da Vila não reconhecem esse espaço como seu). Estive na Vila em diferentes períodos e essas visitas ocorreram em horários variados, mesmo assim não conseguimos visualizar o uso da praça.

Temos afirmado ao longo desse texto que as famílias foram desterritorializadas, e os elementos que nos dizem isso é a forma como aconteceu o deslocamento combinado com um processo de rupturas nos aspectos econômicos, sociais, culturais e simbólicos dessas famílias com os seus antigos sítios. Para melhor compreender sabemos que uma das características das residências nos sítios é a dispersão entre uma casa e outra, o que é bem diferente da Vila, onde as casas são próximas, semelhante às casas na cidade. Então, indagamos sobre esse ponto nas entrevistas.

Difícil. Difícil. Porque, assim como eu lhe falo, a gente tinha a nossa vida separada, né. Minha terra tava aqui e meu vizinho tava acolá. E agora é tudo junto aqui. Nós não morava tipo uma comunidade. Hoje é uma comunidade e a gente tá ali tudo junto e entrosado pensamento de um não é o pensamento da gente, né e mexer com gente é muito difícil (Entrevistado João).

Essa resposta do João também foi manifestada pelo Severino, que reforçou a “falta de privacidade” de quem mora na Vila e que sente falta disso. Numa das visitas que fiz a Vila no período da tarde, enquanto eu tomava água e conversava com o Severino, um vizinho trazia umas cabras do lote e estes, ao chegar no espaço da Vila, entraram no ambiente da casa de Severino e ele com um olhar de frustração olhou pra mim e falou “tá vendo? Não temos privacidade de nada aqui”.

Mas como temos dito, esse processo não acontece de forma homogênea, conforme salienta Francisca, que não teve dificuldade para se adaptar à lógica de cidade da Vila. Para Francisca “foi tranquilo. Foi. Porque, ao redor da minha casa é fechado como se diz é cercado aí não tenho muita preocupação. Me adaptei

bastante fácil". Levando em consideração as observações feitas durante as visitas na Vila e buscando manter uma linha de coerência nas entrevistas, indagamos as pessoas sobre quais são as dificuldades enfrentadas na Vila. Pela fala de Francisca, a dificuldade tem sido a restrição da liberdade em relação ao que se vivia antes na comunidade do Cipó. De acordo com ela [adaptação] "foi, porque aqui eu tinha uma vida que eu podia sair e chegar amanhã ou depois e aí no início foi muito ruim pra mim. Porque, eu fui muito como se diz, criticada devido a isso". A interlocutora não deixou claro quem fazia as críticas, mas nas visitas feitas aos moradores que vieram da comunidade Pau D'Arco, estes relataram por diversas vezes que as famílias do Cipó "não vivem na Vila. Vem aqui apenas para garantir o dinheiro da verba".

As evidências pontuadas nesse artigo revelam como as famílias após sofrerem o deslocamento compulsório para a realização do PISF foram desterritorializadas. Esse processo aconteceu rompendo os laços afetivos, simbólicos e econômicos com os seus antigos espaços de morada. Além disso, ocorreu de maneira abrupta por parte do Ministério. Essa realidade é permeada por promessas que pouco se cumpriram, portanto, tem-se a reprodução do que historicamente acontece com as famílias das comunidades rurais do semiárido nordestino. Também em diálogo com os entrevistados buscamos entender como tem sido morar na Vila.

Francisca relata que a Vila foi entregue tendo como estrutura apenas as casas e os lotes sem que estes tivessem a devida infraestrutura para produzir, "de estrutura só a casa, pra mim o que eles me falaram foi o lote que até agora tá aí. Só que eu não usei o lote ainda pra nada". Também ficou claro, como poderemos observar nas falas abaixo, o fato dos lotes e dos terrenos das casas não serem cercados e o quanto é caro cercar os lotes como nos fala João e o Bruno, que além de reforçar esse fato e chamam a atenção para a distância dos lotes, argumentando que nem mesmo a estrutura da casa correspondeu ao que foi prometido.

A separação e o conseqüente distanciamento entre espaço de morada e espaço de produção gera uma série de dificuldades, as quais exigem certo tempo, criatividade e empenho de recursos para que haja uma adaptação. Um dos

constrangimentos recorrentes são os furtos, porque geram medo, insegurança e prejuízos. Esse dado ficou evidente para nós nas conversas com os reassentados acerca das mudanças sociais que estão experienciando na Vila. As respostas enunciadas foram diversas. Logo, procurarei de maneira cuidadosa expor e problematizar as diferentes respostas. Algumas respostas expressavam uma visão positiva da mudança, em geral uma positividade relacionada à questão econômica, portanto a VMT, mesmo tendo sido reduzida, eles recebem desde 2014 quando foram deslocados e cumpre um papel importante no orçamento doméstico, conforme poderemos constatar no relato de Dona Joana.

A vida melhorou, porque tá saindo esse dinheirinho e espere que dure mais um tempo vamos ver Deus é quem sabe e eu me aposentei. Quando a gente tem o dinheirinho da gente, né. Apesar de eu tomar muito remédio. O valor dos meus remédios é 600 reais todo mês. Se não fosse esse dinheirinho nem sei como daria prá eu sobreviver. A pessoa pagando 600 conto de medicamento o que ia sobrar pra comer, né (Entrevistada Joana).

Na fala de Dona Joana é perceptível a importância desse auxílio e de como ele é fundamental para complementar a renda da família. O que também é reforçado pelo Bruno, “enquanto eles tão com essa ajuda, com o dinheirinho a vida tá bom, né. Num tá com muita dificuldade. Com esse dinheirinho a gente já faz a feira. Se vira com outra coisinha ali outra aqui”. Apesar de ser uma verba/auxílio provisório e sem muitas garantias da sua continuidade. Contudo, não podemos ir contra as falas das famílias e negligenciar a importância que o VMT tem para as famílias reassentadas.

Para Francisca a vida agora está melhor, pois com a chegada da água mesmo de forma ainda irregular e com a construção de reservatórios para armazenar água, ela tem conseguido fazer um pomar, onde futuramente vai conseguir colher frutas e, especialmente, frutas produzidas por ela mesma: “pra mim agora na Vila tá bom. Agora na Vila tá bom, porque tenho água, porque os meninos trabalharam muito pra conseguir água praí e pra mim agora tá bom. Tá melhor, porque agora estou fazendo a minha estrutura do meu pomar”. Os meninos que ela destaca em sua fala são os membros da diretoria da associação, que acionaram a justiça cobrando da Cagepa o abastecimento de água para a Vila e tendo obtido êxito.

Por fim, destaco ainda o relato de João, que discorda das falas de outros moradores da Vila – para ele a vida só piorou na Vila. E essa situação de piora é

atribuída ao fato de não estar conseguindo produzir, por causa da distância dos lotes e por não ter água para produzir. Inclusive, esse é um dos pontos de muita divergência entre ele e a dinâmica estabelecida da Vila pelo Ministério, conforme poderemos ver a seguir.

Pra mim piorou. Lá nós tinha aquele sistema de onde nós tirava dos poços, né e aqui nós teve de fazer tudo de novo, né e muita dificuldade. Nós não pegamos a mesma terra. Vamos supor nós peguemo uma terra aqui nós tamo morando aqui e tem gente com tá com 5 km aí se você deixar um animal lá vai aparecer um cachorro que vai matar que vai tem o ladrão que vai levar. A minha ficou distante e eu tive o maior prejuízo esse ano, nós tinha 120 boier (caprinos da raça boer), e nós tivemos de vender, né e voltar pro zero de novo. Porque era prejuízo e mais prejuízo os caras levava o povo roubando. Eu acho o seguinte já que fez sua casa aqui sua terra ficava aqui dentro você não saia, né. Fizeram a vila e nunca combinaram com os morador nenhum. Nós não podia entrar aqui nós não sabia como era que ia pegar as terras e como era e a gente acha que ia pegar as terras por trás da casa da gente (Entrevistado João).

As falas evidenciam o que temos dito ao longo deste artigo, ou seja, o quanto a obra do PISF é contraditória. E essa contradição é manifestada dentro da vila e aqui destacados. O processo de desterritorialização e, sobretudo, de reterritorialização não aconteceu e não acontece de forma homogênea, linear, não é igual para todos, inclusive, porque a situação anterior ao reassentamento já era marcada por diferenciações. João é categórico ao afirmar que a vida piorou e mobiliza argumentos relacionados à dificuldade de produzir e de gerar renda nos lotes produtivos: entre os motivos estão a não instalação dos lotes irrigados e a distância o que ele relaciona as sucessivas ocasiões de furtos, o levando a se desfazer do seu rebanho. Portanto, a dimensão econômica é preponderante para ele afirmar que a vida piorou.

Toda essa situação de desterritorialização das famílias, somada a vulnerabilidade hídrica vivenciada por elas e, acrescido do fato de que vieram de locais diferentes sendo, inclusive no caso das famílias da comunidade Cipó, do Município de Sertânia – PE, portanto de uma outra cidade e de um outro Estado, aspecto que se constitui em um elemento gerador de conflitos e que limita a organização da Comunidade e a sociabilidade dentro da Vila.

O João, além de relatar sobre a questão da privacidade como um impeditivo, ele também mencionou a dificuldade com as famílias que vieram da comunidade Cipó e não querem transferir os documentos para Monteiro, pois isso limita as

negociações com o poder público municipal de Monteiro, por exemplo, com relação ao trator para cortar os lotes na época da chuva, com relação ao atendimento da rede de saúde na UBS entre outros. Além das pessoas que vieram da zona urbana de Monteiro, que para ele não tem relação com a agricultura. Segundo Santos (2020, p. 240), “A combinação de famílias de várias regiões diferentes e, acima de tudo, não agricultores e agricultoras, certamente foram aspectos que contribuíram para a emergência dos conflitos na vila”. Sobre essa questão da documentação, Dona Francisca respondeu: “ainda é tudo de Pernambuco. Tô, porque todos os documentos é de Pernambuco. Eu tenho 64 anos eu vou mudar minha documentação aí pra Paraíba pra que?” Portanto, mantém seus documentos e vínculos com o seu antigo território. E sobre a convivência, ela assinalou que não tem muitas relações com as pessoas dentro da Vila “sobre o que me perguntou eu não vou saber responder direito. Eu me dou com todo mundo. Aqui eu não tenho conversa com ninguém, cada cá no seu lugar pra mim é boa tarde, bom dia e boa noite. Eu num tenho muito conhecimento aqui não” (Entrevistada Francisca).

Tudo isso nos levou a questionar se, em meio a esse jogo de promessas que está sendo vivenciado pelas famílias desde o deslocamento em 2014, estas estão arrependidas e como respostas constatamos que não há nenhum tipo de arrependimento. O Bruno é categórico ao afirmar que “não. Por enquanto, não. Num sei o que eles vão fazer com a gente mais pra frente que a pessoa pode se arrepender, né. Por enquanto tá bom. Só umas dificuldadezinha, mais a pessoa vai levando”. Ao mesmo tempo demonstra uma insegurança sobre o futuro, Bruno reconhece as conquistas como, a casa própria, mesmo os lotes não produzindo, nem gerando renda atualmente, mas nisso se destaca a importância da verba/auxílio. Dona Francisca, durante a entrevista, se mostrou empolgada com a maior estabilidade que possui e nos disse: “num me arrependo não. De jeito nenhum. Num tô dizendo a você eu amo a minha casa”. O João, por sua vez, lamenta o processo todo, como aconteceu e as contradições da obra do PISF, mas não se mostra arrependido “(...) não. Porque também nós não tinha aquela escolha também, sabe. Ou você vinha ou você ia pra rua e a indenização não compensava. A gente lamenta, porque já tinha a estrutura, né (Entrevistado João)”.

Face ao que ouvimos e vimos, chegamos à conclusão que o processo é contraditório e complexo na sua essência e, por isso, precisa ser discutido de maneira que abranja essa complexidade, apresentando a situação de desterritorialização e de insegurança hídrica e de como tudo isso gera instabilidades, que se configuram em conflitos sociais e incertezas. Por outro lado, observa-se também uma capacidade de resiliência por parte das famílias e o desejo de se reterritorializarem.

Em janeiro de 2020, em uma visita à Vila, ocorreu um fato bem marcante. Severino, outro interlocutor durante a pesquisa, relatou como ele sente falta hoje de onde morava antes de ser deslocado para a construção da obra do PISF. Era uma tarde terça-feira e estávamos na frente da sua casa sentados numa cadeira de balanço, quando ele, olhando para o horizonte com os olhos cheios de lágrimas disse: “ainda sinto muita falta de lá. Até hoje em dia ainda vou lá para ficar olhando para o canal e me lembrando de como era”. E essa relação com o local de origem é o que Souza (2020), também averiguou nas VPRs de São José de Piranhas “mesmo distintas, é perceptível que todas as marcas têm em comum as referências espaciais do território em seu sentido simbólico-cultural, fato que gera uma forte conexão das pessoas com o lugar de origem” (SOUSA, 2020, p. 97).

O nosso interesse foi apresentar as histórias desses sujeitos, particularmente o percurso, antes do deslocamento e as expectativas sobre o novo espaço de moradia. Iniciada essa mudança, as famílias passaram por um período de transição (instável) até se estabelecerem no novo território. Ao chegar, se depararam com uma realidade diferente do que havia sido prometido, recomeçando um verdadeiro calvário marcado por problemas e conflitos. Todavia, é notório que, nessa região, onde a vida pulsa com resiliência que essas famílias agricultoras mantêm a esperança na luta para transformar as promessas em concretudes, mudando o caminho nada natural no qual historicamente a água escoava para o rio do Capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

A obra do PISF criou uma série de problemas para as famílias reassentadas na Vila Lafayette, destacamos ao longo do texto o processo da desterritorialização que constrange as famílias cotidianamente. É inconcebível a construção de obra dessa

magnitude sem que fosse previsto com responsabilidade o deslocamento, bem como a desterritorialização de famílias.

Todo esse processo também tem se traduzido também em expressões de lutas e resistências por parte das famílias deslocadas, que procuram individualmente e através da associação criar estratégias para transformar o espaço da Vila em um território. Para isso desenvolvem um movimento de reterritorialização, que tem como centralidade a luta pelo acesso à água e, conseqüentemente, a irrigação das áreas produtivas, o que garantiria a transformação da Vila em um território produtivo. Mas também se manifesta, por meio do jogo de futebol na quadra de esportes existente na vila, no pomar que vem sendo construído por dona Francisca e nas plantações nos quintais do João.

REFERÊNCIAS

- IBGE, Cidades. História de Monteiro-PB. Disponível em acesso em: 26 de fevereiro de 2022.
- MAGALHÃES, S. M. B. LAMENTO E DOR: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Lamento e Dor. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. UFPA, Belém, p. 278. 2007.
- OLIVEIRA, A. M. C. V.S. Processo de desterritorialização e filiação ao lugar – o caso da Aldeia da Luz. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 171, 2011.
- DINIZ, P. C. O.; FERREIRA, J. G.; COSTA, A. M.; SILVA, F. J. R. Exilados da água no contexto da transposição do rio São Francisco: privação e conflitos por água nas vilas rurais em Sertânia (PE), Monteiro (PB) e São José de Piranhas (PB). In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, São Paulo. Imagem 44º Encontro Anual da ANPOCS Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS. De 01 a 11 de dezembro de 2020, na forma remota. São Paulo: ANPOCS, 2020. v. 1. p. 1.
- DINIZ, P. C. O; MALUF, R. S. Usos e conflitos por água no rio Paraíba em face da transposição do rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido. In: 121 OLIVEIRA, Robson José de. Agricultura em Foco: Tópicos em Manejo, Fertilidade do Solo e Impactos Ambientais – V. 2. (2020).
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29, n. 1, 2003. HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- SANTOS, J. G. As vidas continuam secas: as injustiças em torno do projeto da transposição do Rio São Francisco. Tese de (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, p. 313, 2020.
- BRASIL. Projeto São Francisco: água a quem tem sede. Programa de Reassentamento das Populações (PBA 08). (2005).

SOUSA de, M. de F. O. As marcas da transposição do Rio São Francisco: acesso à água, conflitos socioambientais e desenvolvimento no município de São José de Piranhas-PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2020.

NOGUEIRA, V. S. De sitiante a moradores de vila: o projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro e as novas territorialidades. *Novos Cadernos NAEA*, v. 22, n. 3, 2019.